

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Bruna Yoshimi Hasebe Komatsu

**As relações bilaterais entre Japão e Coreia no contexto da colonização japonesa: uma perspectiva histórica**

DOURADOS/MS  
NOVEMBRO DE 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Bruna Yoshimi Hasebe Komatsu

As relações bilaterais entre Japão e Coreia no contexto da colonização japonesa: uma perspectiva histórica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Matheus de Carvalho Hernandez

DOURADOS/MS  
NOVEMBRO DE 2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

|      |   |
|------|---|
| K81r | <p>Komatsu, Bruna Yoshimi Hasebe.<br/>As relações bilaterais entre Japão e Coreia no contexto da colonização japonesa: uma perspectiva histórica. / Bruna Yoshimi Hasebe Komatsu. – Dourados, MS: UFGD, 2022.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Matheus de Carvalho Hernandez.<br/>Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Japão. 2. Coreia. 3. Relações bilaterais. 4. Tratado de normalização de 1965. I. Título.</p> |
|------|---|

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.**

**©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS



**ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Em 10 de novembro de 2022, compareceu para defesa pública on-line do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Bruna Yoshimi Hasebe Komatsu** tendo como título **“As relações bilaterais entre Japão e Coreia no contexto da colonização japonesa: uma perspectiva histórica”**.

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dr. Matheus de Carvalho Hernandez** (orientador), **Me. Lisa Belmiro Câmara** (examinadora) e **Gabriela Duré** (examinadora).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado **APROVADO**.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Assinaturas:

**Dr. Matheus de Carvalho Hernandez**

Orientador



Documento assinado digitalmente  
Lisa Belmiro Câmara  
Data: 11/11/2022 11:34:07-0300  
CPF: \*\*\*.518.796-\*\*  
Verifique as assinaturas em <https://eodoc.br>

**Me. Lisa Belmiro Câmara**

Examinadora

**Gabriela Duré**

Examinadora

*Dedico aos meus pais, que me incentivaram e apoiaram do começo ao fim desta longa jornada.*

## **RESUMO**

A pesquisa a ser apresentada neste trabalho histórico tem como objetivo inicial entender como o período de dominação japonesa na península coreana (1910-1945) influencia as relações bilaterais entre o Japão e a atual Coreia do Sul. Deve-se entender que o Japão, na mesma medida em que sofreu com as consequências desastrosas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foi o agente responsável pelo trauma histórico infligido em alguns países do Leste Asiático enquanto colonizador dessa região. Porém, o foco desta pesquisa será especificamente a península coreana e, para problematizar isso, o trabalho irá investigar as relações nipo-coreanas durante a dominação japonesa na Coreia entre os anos 1910-1945 e até a assinatura do tratado de normalização de 1965, para depois analisar as oscilações nas relações bilaterais entre os dois e a relevância desse tratado para a manutenção dessa relação. Assim, a pergunta desta pesquisa é: como o período de colonização japonesa na Coreia e as divergências históricas existentes entre os dois afetaram as relações bilaterais entre a atual Coreia do Sul e o Japão?

**Palavras-chave: Japão, Coréia, relações bilaterais, tratado de normalização de 1965.**

## **ABSTRACT**

The research to be presented in this historical work has as its initial objective to understand how the period of Japanese domination in the Korean peninsula (1910-1945) influences bilateral relations between Japan and present-day South Korea. It should be understood that Japan, to the extent that it underwent changes with disastrous consequences of the Second World War (1939-1945), was the agent responsible for the historical trauma inflicted on some East Asian countries as a colonizer in this region. However, the focus of this research will be specifically the Korean peninsula, to problematize this, it will investigate how Japanese-core relations in Korea between the years 1910-1945 and until the signing of the Korea-Japan treaty in 1965, then, analyze the oscillations in the two and the second concern addressed for the maintenance of that maintenance. Thus, the question of this research is: how the period of Japanese colonization in Korea and the existing historical divergences between the two bilateral dates between the current South Korea and Japan?

**Key-words: Japan, South Korea, bilateral relations, 1965 Korea-Japan treaty**

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b> .....   | 7  |
| <b>1 INTRODUÇÃO AO ORIENTALISMO</b> .....  | 13 |
| <b>1.1 ORIENTALISMO: BREVE HISTÓRIA E REDEFINIÇÕES DO CONHECIMENTO ORIENTALISTA</b> .....                      | 16 |
| <b>2. A COREIA E A DOMINAÇÃO JAPONESA</b> .....  | 20 |
| <b>2.1 PRIMEIRA FASE DA DOMINAÇÃO JAPONESA (1910-1919): OPRESSÃO E MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA COREANA</b> ..... | 22 |
| 2.2.1 A SEGUNDA FASE DA COLONIZAÇÃO JAPONESA (1919-1932).....  | 23 |
| <b>2.2 TERCEIRA FASE DA COLONIZAÇÃO JAPONESA (1932-1945): INTERMINÁVEL REGIME DRACONIANO NA COREIA</b> .....   | 25 |
| <b>3. O JAPÃO E AS CONSEQUÊNCIAS HISTÓRICAS DO IMPERIALISMO</b> .....  | 29 |
| <b>3.1 O NACIONALISMO JAPONÊS</b> .....  | 29 |
| <b>3.2 OS PRINCIPAIS PONTOS DE TENSÃO NA RELAÇÃO ENTRE JAPÃO E COREIA DO SUL</b> .....                         | 31 |
| 3.2.1 Livros didáticos .....   | 31 |
| 3.2.2 Dokdo/Takeshima.....   | 32 |
| 3.2.3 Comfort Women.....   | 34 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 36 |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....  | 39 |



## 1. INTRODUÇÃO

Ainda que a Coreia do Sul, hoje, seja considerada um país desenvolvido e um dos mais prósperos do mundo, ela possui traumas históricos que permeiam suas relações com seu antigo colonizador, o Japão. A península coreana possui uma história marcada por disputas, invasões territoriais e períodos de dominação estrangeira feitas principalmente pela China e Japão (COELHO, 1994). E foi logo após a guerra russo-japonesa (1904-1905), tendo a vitória do segundo, que, em 1910, oficialmente, a península coreana foi ocupada pelo Japão e passou por todo um período de opressão e dominação até o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando ocorreu a derrota japonesa.

Um período conturbado e ainda obscuro simplesmente pelo fato de haver uma divergência interpretativa entre Japão e Coreia do Sul, em que há a insistência do governo japonês em ocultar seu passado enquanto opressor de suas colônias do século XX nos livros didáticos, o que gera tensão com suas ex-colônias, principalmente a Coreia do Sul (tratada neste trabalho) que desejam que a história seja de fato revelada.

A importância de promover estudos acadêmicos sobre o Leste Asiático com visões menos europeias e produzidas na América Latina é o que leva à produção deste trabalho, dessa forma, a proposta deste estudo é justamente desmistificar a imagem europeizada do Leste Asiático, sobretudo a respeito do Japão e da atual Coreia do Sul. Estes dois, hoje, são conhecidos como pequenos países bem desenvolvidos e grandes difusores da sua cultura para o mundo, fenômeno que nas últimas décadas tem atingido o Ocidente com força. Contudo, é preciso ver que além de serem importantes peças na economia global e produtores de uma cultura *pop*, existe um passado histórico em que o Japão não foi apenas uma vítima das atrocidades da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), mas foi também o agente responsável pela subjugação forçada de suas ex-colônias, que carregam essas cicatrizes até hoje.

Com isso em mente, o primeiro capítulo será uma curta abordagem do livro de Edward Said, “Orientalismo - O Oriente como invenção do Ocidente” exatamente para que se possa extrair dele os pressupostos para a realização deste trabalho. Para quebrar essa visão estereotipada, principalmente do Japão enquanto somente vítima e frágil. O Japão enquanto ator das relações internacionais também atua de acordo com seus interesses e necessidades, e foi dessa forma que, durante o século XX, como forma de competir com as potências ocidentais começou seu processo de expansão pelo Leste Asiático, de forma opressora, vale ressaltar.

E a Coreia não aceitou essa dominação, ela também resistiu e lutou em prol de seus direitos. De acordo com Cumings (1997), em 1908 formou-se uma guerrilha com cerca de 70 mil resistentes. Além disso, Oliveira (1997) também cita o movimento Primeiro de Março que aconteceu em 1919, quando um grupo formado por trinta e três intelectuais apresentaram uma petição para o governo japonês clamando pela independência da península coreana. E depois houve, também em 1919, a instalação de um governo provisório coreano situado em Xangai, China, como forma de resistência armada. A partir desse momento, surgiram outras manifestações, que perduraram até 1945 com a rendição do império japonês ao final da guerra, que serão explicadas no segundo capítulo.

O segundo capítulo, assim, irá discutir historicamente como se deu a interação entre a Coreia e o Japão durante a colonização da primeira, explorando o comportamento japonês frente a sua colônia que vivia momentos de relativa paz, até que se tornou alvo de interesse dos russos e japoneses na guerra russo-japonesa (1904-1905). Porém, foi em 1910 que essa “paz” acabou, quando os japoneses anexaram a Coreia como sua colônia e a transformaram em um “projeto ideológico e cultural” em que a cultura, o idioma e, os costumes coreanos tornaram-se proibidos (SOUYRI, 2004).

De acordo com Souyri, na obra “O livro negro do colonialismo” (2004), desenvolveu-se então o processo de “japonização” da colônia, ou seja, a meta dessa política era a submissão total à figura do imperador, que no Japão era considerado uma divindade, a sujeição à religião xintoísta, venerar somente as divindades japonesas e, implantar o idioma nacional nas colônias, ou seja, o idioma japonês. Dessa maneira, o principal disseminador desse projeto aconteceu nas escolas sul coreanas, que eram obrigadas a propagar o nacionalismo japonês.

Irei abordar no segundo capítulo as formas de resistências coreanas já mencionadas anteriormente, como se sucedeu a libertação da península coreana, além da relevância do nacionalismo coreano para impulsionar o levante, a continuação do mesmo até os dias atuais e até a assinatura do tratado de normalização de 1965, assinado entre o Japão e a Coreia do Sul. Logo após a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) houve a ocupação da URSS e dos EUA gerando instabilidade, e que levou a divisão da península pelo paralelo 38 em duas; a Coreia do Norte ocupada pelos soviéticos e a Coreia do Sul ocupada pelos norte-americanos capitalistas; encaminhando os novos países na guerra da Coreia (1950-1953), questão ainda não concluída e mantida apenas pela trégua obtida pela assinatura do “acordo de princípio” ao final da guerra.

Já no terceiro capítulo, irei mostrar, a partir da assinatura do tratado de normalização de 1965, como as ações japonesas neste período de dominação acarretaram traumas históricos sentidos até hoje na Coreia do Sul, e as questões políticas que interferem na relação entre ela e o Japão. Assim, irei tratar de três questões que guiam a inconstante relação bilateral entre o Japão e a Coreia do Sul, são elas: a questão dos livros didáticos, a questão das ilhas Dokdo/Takeshima e as *comfort women*, tratadas com peso e relevância diferentes entre os dois países. De forma resumida, a primeira questão refere-se ao fato de o ministério da educação japonês omitir nos livros escolares o passado militarista japonês, e, mesmo após o pronunciamento e manifestações de diversas nações do Leste Asiático que sofreram com isso, o Japão, apesar de ter concordado em mudar, continua omitindo esse passado em alguns livros didáticos.

Em relação às ilhas Dokdo/Takeshima, o problema começou quando o Japão, que a tinha anexado durante a colonização, não aceitou devolver o território de volta para a Coreia do Sul, o que deu início ao conflito pela posse da ilha. O território é importante para os dois em termos econômicos, pois o local possui reservas de um gás natural com valor de milhões de dólares. E, por fim, a questão das “mulheres de conforto”<sup>1</sup> (*comfort women*), que foram mulheres obrigadas a trabalharem em bordéis militares japoneses durante a Segunda Guerra Mundial. Estima-se que cerca de 200.000 mulheres (HATA, 2007), de maioria coreana, foram submetidas à condição de escravas sexuais com o propósito de “levantar a moral” dos soldados japoneses.

Com o fim da guerra, o governo coreano e as sobreviventes reivindicaram um pedido de desculpas formal e indenização em dinheiro para o governo japonês, contudo, durante anos o governo japonês negou o ocorrido afirmando que essas mulheres estavam lá por terem sido vendidas pelos familiares para pagarem as dívidas. Essa afirmação desmoronou quando o historiador Yoshiaki Yoshimi, em 1992, provou a participação de autoridades japonesas no ocorrido. Em 2015, o Japão indenizou as vítimas resolvendo, em partes, o conflito, contudo, muitos coreanos e organizações de mulheres voltadas para advogar em prol das *comfort women* ainda consideram isso insuficiente e a questão continua em aberto até hoje.

---

<sup>1</sup> Termo pejorativo usado pelos militares para definir as mulheres, majoritariamente coreanas, que eram obrigadas a trabalharem nos bordéis militares japoneses durante a Segunda Guerra Mundial justamente para aumentar a “moral” dos soldados. O uso das aspas é para demonstrar como este termo esconde as facetas da escravidão sexual sofrida por elas.

Essas três questões que rondam as relações bilaterais entre o Japão e a Coreia do Sul fazem parte do peso da memória histórica deles, isso porque, de acordo com Souza (2019), muitos autores afirmam que as nações asiáticas utilizam essa memória para definirem suas relações. Ou seja, no caso da Coreia do Sul e do Japão, por terem divergido na forma como encaram o passado histórico comum a eles, isso acaba por influenciar negativamente as relações bilaterais. A Coreia do Sul não aceita, por exemplo, a perda da ilha Dokdo para o Japão, pois isso significaria uma forma de dominação japonesa. Já o Japão, influenciado pelos Estados Unidos, busca sua ascensão hegemônica na região da Ásia-Pacífico mesmo que, apesar da ascensão chinesa, isso signifique entrar em desacordo com os seus vizinhos e parceiros. Dessa maneira, o presente trabalho se questiona a respeito de como o período de colonização japonesa na Coreia e as divergências históricas existentes entre os dois afetaram as relações bilaterais entre a atual Coreia do Sul e o Japão.

Dominado pelos desejos de expandir seus domínios, o Japão foi capaz de subjugar um povo, o coreano, em todos os sentidos possíveis; ao escravizar as mulheres para satisfazer os soldados japoneses (comfort women), ao suprimir a cultura coreana ao impor a sua, tomou o governo; para depois negar as atrocidades omitindo seu passado imperialista nos livros-textos escolares japoneses e não tomando as devidas providências sobre a questão das comfort women até hoje, por exemplo.

A dominação japonesa deixou profundas marcas na sociedade coreana, mas com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a derrota japonesa e consequente perda de suas colônias, a península coreana se dividiu em duas, Coreia do Norte e Coreia do Sul. Ao dar início ao processo de democratização, a Coreia do Sul voltou a se relacionar principalmente no plano econômico com o Japão, contudo, ao tentarem avançar para outros planos essa relação oscila entre entendimento e atrito, devido ao peso da memória histórica que impede de normalizar completamente as relações bilaterais. E até onde o tratado de normalização de 1965 é relevante para a manutenção dessa relação bilateral? Mediado pelos Estados Unidos, o tratado que normalizou as relações entre o Japão e a Coreia do Sul obrigava compensações financeiras por parte do governo japonês devido a todos os anos de dominação e exploração no território coreano, além de reconhecer oficialmente a República da Coreia como único governo legal na Coreia. Tal tratado ainda não foi acordado com a Coreia do Norte devido a uma série de divergências.

Além disso, é importante analisar a ascensão do nacionalismo coreano durante e depois da colonização japonesa, a relevância dele na luta contra a dominação japonesa e a sua manutenção gerada, talvez, pelo trauma de passar por isso novamente.

Apesar de os países da Ásia-Pacífico (especialmente o Japão, Coreia do Sul e China) serem importantes parceiros econômicos, comerciais, financeiros, tecnológicos e políticos para o Brasil e para a América Latina, “o que se constata é ainda um relativo distanciamento, marcado por um acentuado desconhecimento que inibe uma maior aproximação ou melhor exploração das potencialidades bilaterais” (OLIVEIRA E MASIERO, 2009, p. 15). A

ausência de políticas de apoio material à consolidação de instituições voltadas a suprir esta deficiência [...], soma-se ainda a ausência de cultura de financiamento privado para a análise das mais variadas áreas, [...] sendo que o setor privado só aplica em atividades que [...] possibilitem um recurso imediato (OLIVEIRA E MASIERO, 2009, p.16).

A iniciativa deste trabalho vem da necessidade de se superar os estereótipos enraizados na sociedade ocidental sobre o “Oriente”, pois, de acordo com Edward Said (2007), o Oriente ou o que conhecemos como Oriente foi uma criação europeia e, desde a Antiguidade, foi considerado um local de seres exóticos, lembranças e paisagens encantadoras e experiências extraordinárias. Tal lugar foi o berço das maiores e mais lucrativas colônias europeias e o ícone da representação do Outro. Dessa forma, por meio de um discurso ideológico e cultural, o Orientalismo acaba por definir o Oriente como parte da cultura material e da civilização europeia. Said afirma que o conceito do Orientalismo foi desenvolvido para validar a dominação europeia nos países considerados orientais, principalmente no Oriente Médio com seus conhecimentos estereotipados a respeito de quem e do quê eram chamados de orientais. Durante anos a estrutura orientalista serviu para filtrar e disseminar o conhecimento sobre o “Oriente” na sociedade ocidental, e Said, ao citar Gramsci, afirma que a liderança cultural (quando algumas formas culturais ou ideias predominam na sociedade) é uma forma de hegemonia cultural. Uma hegemonia que dominou e domina dentro e fora da Europa.

O maior desafio e objetivo deste trabalho é compreender e analisar o peso da memória histórica na relação bilateral Japão e Coreia do Sul, já que cada um possui interpretações diferentes a respeito da relação dominador-dominado que influencia na relação bilateral entre o Japão e a atual Coreia do Sul. Dessa forma, primeiro devemos desfazer a imagem construída sobre o “Oriente”, que leva à criação de estereótipos, com foco na desmistificação da imagem do Japão enquanto somente uma vítima devido às consequências da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ao mostrar o comportamento do mesmo durante a colonização da Coreia (1910-1945). Contextualizar o processo de dominação japonesa na Coreia entre os anos de 1910 e 1945 e compreender a forma como conduziram essa política expansionista. Analisar as três principais questões (ilhas Takeshima/Dokdo, livros didáticos, *comfort women*) que envolvem e impedem a dinâmica das relações entre o Japão e a Coreia do Sul que surgiram durante a dominação japonesa. E como o tratado de normalização de

1965 assinado entre Japão e Coreia do Sul continua sendo relevante para a manutenção básica da relação entre os dois países.

Assim este trabalho será conduzido primeiro pelo levantamento bibliográfico de textos acadêmicos e reportagens que contribuam para a sua construção. Após a análise qualitativa da literatura a ser investigada, os três capítulos a serem construídos se dividirão em: uma curta passagem pelo livro de Said, “Orientalismo- O Oriente como invenção do Ocidente”, como forma de justificar a realização desta pesquisa. Logo, irei descrever sobre o período de dominação japonesa na península coreana, tal como as resistências do povo coreano datado de 1910 até 1965 com a assinatura do tratado de normalização das relações diplomáticas entre Japão e Coreia do Sul. Finalizando o trabalho, apresentarei como as ações japonesas durante este período de dominação acarretaram traumas históricos sentidos até hoje, e as questões políticas que interferem na relação entre Japão e Coreia do Sul.

Por tudo isso, este trabalho é uma alternativa de expressar o quanto nos falta conhecer mais sobre a Ásia-Pacífico, no caso do estudo, o povo coreano e japonês. E como a falta deste conhecimento nos leva a manter pré-conceitos estabelecidos por uma cultura hegemônica europeia, e em um plano econômico e cultural expandir, em bases esclarecidas, ainda mais as relações entre a Ásia-Pacífico e a América Latina.

## 1 INTRODUÇÃO AO ORIENTALISMO

Para Edward Said, escritor e político, a forma como os europeus e mais tarde os estadunidenses propagavam sobre o que era o Oriente era generalista e distorcida da realidade. Dessa forma, em 1978 ele publica o livro *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*, uma crítica ao pensamento estereotipado cultuado pelos ex-colonizadores ocidentais. O termo Orientalismo, desde muito antes da publicação deste livro, associava tudo aquilo que se sabia sobre o Oriente. Quando as navegações começaram e a expansão desta para o Oriente começou, ali os navegantes originários da Europa - Inglaterra, França, Portugal - chegaram a terras para eles desconhecidas e inexploradas, povos exóticos que tinham um modo de viver “selvagem” e idiomas de difícil compreensão. O completo oposto das “evoluídas” sociedades europeias, o epítome da racionalidade e do desenvolvimento. Contudo, perceberam que a terra à qual os orientais pertenciam era rica e diversa, prontas para serem exploradas, algo que somente os colonizadores seriam capazes, afinal, essas civilizações orientais seriam tão inocentes que supostamente não percebiam as riquezas que possuíam. Assim, para melhor explorar essas civilizações, seria necessário aprender sobre elas - costumes, idiomas, cultura, política e religião - e tudo que aprendiam e supostamente compreendiam era reunido no conhecimento chamado de Orientalismo. Não havia barreiras e nem fronteiras, todo conteúdo adquirido em qualquer terra considerada oriental era Orientalismo e seus estudiosos e pensadores eram os orientalistas. Eles reproduziam e ensinavam sobre o Orientalismo.

Esse conhecimento do Outro apenas servia para demonstrar a inegável superioridade europeia e ocidental, e o que divergia dessa máxima eram os Orientais, seres exóticos, pequenos, frágeis e violentos, seres sexuais que viviam de seus instintos, mas tinham posse de potencialidades que eles não dariam conta ou nem sabiam do valor. Nada seria mais “justo” então que o europeu ocidental, um ser racional e elegido a pregar sua divindade para salvar os bárbaros de sua própria ignorância, explorasse o que era de valor pois saberiam a melhor forma de utilizá-la. E como os Outros – Orientais - eram seres inferiores deveriam também introduzir a suprema cultura ocidental a eles, educá-los adequadamente. O Orientalismo é a forma pela qual o Ocidente cegamente enxergava os povos orientais.

Edward Said resolveu estudar exatamente como a Europa Ocidental enxergava o Oriente Médio, em específico o islã e os árabes. O Oriente basicamente era como um espelho do Ocidente, a forma como estes gostariam de ver sob um viés preconceituoso. Para Said, nem mesmo os termos “Ocidente” e “Oriente” possuem base ontológica, são apenas identificadores do Outro numa sociedade, manipulam a imagem do Outro, do Oriente. A brutalidade com que exploram as terras dos “orientais” com inúmeras histórias e variadas culturas e religiões são ignoradas, destruindo tesouros e séculos de história até não restarem nada

Em minha opinião, a história é feita por homens e mulheres, e do mesmo modo ela também pode ser desfeita e reescrita, sempre com vários silêncios e elisões, sempre com formas impostas e desfiguramentos tolerados, de modo que o “nosso” Leste, o “nosso” Oriente possa ser dirigido e possuído por “nós” (SAID, 2007, p.14).

Said não possui um único Oriente “real” a defender, mas sim, respeito a todos que pertencem àquele mundo, separado por um construto social e explorador, que batalham até hoje para continuar a serem quem são e desejam ser. O Orientalismo de Said é uma crítica, como ele mesmo diz, de viés humanista e propunha, após uma longa explanação histórica e racional, uma reflexão própria e talvez relativamente livre de antagonismos tão presentes quando se fala em polarizações territoriais como “Oriente versus Ocidente”, “islã versus Ocidente”. O humanismo é a única maneira de resistir contra as atitudes desumanas que percorrem a história da humanidade, e “[...] centrado na ação da individualidade e da intuição subjetiva humanas, mais do que em ideias prontas e na autoridade aceita. Os textos precisam ser lidos como textos produzidos no domínio histórico e que nele vivem, [...]. Isso, contudo, não exclui o poder” (SAID, 2007, p.26). E assim como Said, acredito que exista não uma obrigação, mas sim uma necessidade, que pode ou não vir cedo, para aqueles que vivem nesta fronteira pluricultural. No caso dele, o islã-Occidente, no meu, Japão-Occidente. Na verdade, Said propõe que haja entre os acadêmicos e intelectuais que possuem esta vida pluricultural uma responsabilidade intelectual e moral, e cabe a nós,

Complicar e/ou desconstruir as fórmulas redutivas e o tipo de pensamento abstrato – mas poderoso – que afasta o pensamento da história e da experiência humanas concretas para conduzi-lo aos campos da ficção ideológica, do confronto metafísico e da paixão coletiva (SAID, 2007, p.19).

Os europeus, principalmente aqueles que foram colonizadores (em sua maioria franceses e britânicos e em menor escala os portugueses, espanhóis, alemães, russos, italianos e suíços) praticaram por muito tempo uma tradição conhecida como Orientalismo, uma abordagem do entendimento europeu sobre o que é o Oriente. Além de ser geograficamente próximo, foi a terra das mais prósperas e antigas colônias europeias ocidentais, grande rival cultural e a epítome imagem do que é conhecido como Outro. O Oriente faz parte do que se conhece como Europa (ou o Ocidente),



da sua civilização e cultura material, pois é ela que contrasta com a sociedade europeia e representa o discurso e imagens do ideário colonial.

Há várias definições para Orientalismo, sendo todas relativamente interdependentes. Ainda utilizada por muitas instituições acadêmicas e a mais aceita é a definição acadêmica, que afirma que “quem ensina, escreve ou pesquisa sobre o Oriente - seja um antropólogo, um sociólogo, um historiador ou um filólogo - nos seus aspectos específicos ou gerais é um orientalista, e o que ele ou ela faz é orientalismo” (SAID, 2007, p.28). O próprio termo Orientalismo é controverso, pois ele remete ao período do colonialismo europeu (XIX-XX), percebe-se o tom de arrogância, preconceito e generalismo. Contudo, até hoje, à nova ou velha maneira, se escrevem teses sobre o tema “Oriente” e o oriental, sendo o orientalista o seu autor.

O pensamento acerca do Orientalismo de Said está baseado “numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o “Oriente” e (na maior parte do tempo) o “Ocidente”” (SAID, 2007, p.29). E por isso, a divisão entre o Leste e o Oeste é o começo de estudos relacionados ao Oriente e tudo que se relaciona a ele. O Orientalismo também é definido enquanto uma instituição que organiza, ensina, coloniza e governa o Oriente enquanto seus aprendizes dominam e exploram esse mundo. Assim, este livro de Said, um verdadeiro marco, é importante, pois além de ele mostrar como a cultura europeia se fortaleceu ao contrastar com o Oriente como uma realidade inversa, o Orientalismo de Said almeja a relação entre o Orientalismo e suas ideias sobre o Oriente (SAID, 2007, p.32) mesmo sendo fora do Oriente “real”. Antes de tudo, para compreender as culturas e as histórias, é necessário estudar suas configurações de poder. É uma relação de poder e dominação variável que conecta o Ocidente e o Oriente; “o Oriente não foi orientalizado só porque se descobriu que era “oriental” [...], mas também porque poderia ser-isto é, submeteu-se a ser-transformado em oriental” (SAID, 2007, p.32).

A estrutura do Orientalismo, portanto, não é apenas um emaranhado de mitos e mentiras, ele demonstra a influência que o discurso europeu dito verídico permanece tendo nas instituições de poder político e socioeconômico. É uma rede de fundamentos bem elaborada, consolidada e financiada há muito tempo na consciência ocidental e disseminada para a cultura geral.

Apesar de o Orientalismo destrinchado por Said em seu livro não ser especificamente sobre os países do Leste Asiático, ele será utilizado como referência inicial para desmistificar os primeiros “conhecimentos europeizados” que temos fazendo um recorte no Japão e na Coreia. O Japão é mais do que uma junção de “pré-conceitos” estereotipados, vítimas da fatalidade da guerra e propulsores da sua cultura *pop*. Este trabalho, vale dizer, não está depreciando a cultura ou relativizando o sofrimento japonês durante a Segunda Guerra, mas há de se perceber que existe algo a mais por trás

dessa visão, há um passado histórico que traumatizou povos do Leste Asiático com seu imperialismo opressor. É preciso quebrar a ideia de que o Japão foi apenas vítima das consequências da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Claro que são inegáveis as tragédias que assolaram o país, mas o fato é que o Japão, em especial durante os anos de 1910-1945, também foi o agente de promoção do sofrimento na península coreana. Por isso, faz-se necessário uma breve retomada da história do Orientalismo e como ela foi sendo ressignificada no decorrer da história abrangendo não apenas o Oriente analisado por Edward Said, mas outros Orientes, que apesar de serem tratados como o mesmo, possuem semelhanças e diferenças entre si.

### **1.1 ORIENTALISMO: BREVE HISTÓRIA E REDEFINIÇÕES DO CONHECIMENTO ORIENTALISTA**

Inicialmente, “o termo “oriental” era usado por muitas figuras de renome para designar a “Ásia ou o Leste, geograficamente, moralmente, culturalmente”.” (SAID, 2007, p.62) A noção europeia de que existia uma atmosfera, cultura, um modo de produção oriental e até uma “personalidade oriental”. Isso demonstra como “o ‘nosso’ conhecimento europeu” que examina e controla o oriental justifica a superioridade do “nós” europeu em relação ao estrangeiro, tendo autoridade sobre ele. Essa autoridade nega a autonomia do “Outro”, reconhece a inferioridade oriental sobre o europeu tão natural, apesar de ser um trabalho sujo é recompensador dominar o Outro.

A relação entre o Leste e o Oeste é caracterizada por dois fatores: o primeiro seria o “conhecimento sistemático” europeu sobre o Oriente, explorado pelas ciências, filosofia, história, pela literatura e principalmente o interesse pelo exótico; o segundo fator seria a relação entre um parceiro forte – a Europa - e um parceiro fraco – o Oriente - em que o primeiro estava sempre em uma posição de dominância sobre o segundo em questões políticas, econômicas, religiosas e culturais.

O Orientalismo é, assim, um arquivo de informações sobre o Oriente que restringe e racionaliza as irracionalidades acerca do que é o Oriente e os orientais - como lidar, quem são e o que pensam. O Orientalismo influencia e limita o pensamento dos povos conhecidos como orientais e dos chamados ocidentais, e enrijece a diferença entre as supostas superioridades ocidental e inferioridade oriental. Em último caso, o Orientalismo é uma visão política da realidade, como afirma Said, que distingue o "familiar (a Europa, o Ocidente, “nós”) e o estranho (o Oriente, o Leste, “eles”)" (SAID, 2007, p.78).

O Orientalismo é um fenômeno histórico, um pensamento, um problema contemporâneo e é uma realidade material que funciona da seguinte maneira: começa com a tradução de um especialista da matéria oriental (pode ser o próprio oriental ou outra área de estudo) em um conteúdo que se

adeque ao interesse da sociedade, no caso da metrópole, e que seja útil para sustentar a “autoridade” dela. Em primeira instância, o Orientalismo propõe o dualismo entre Leste e Oeste, Oriente e Ocidente, fraco e forte; divide historicamente a realidade humana e suas culturas, crenças e sociedades, e é algo tão intrínseco a nós (tanto no Ocidente quanto no Oriente) que é natural aceitar a soberania do Ocidente sobre o Oriente. A separação entre algumas pessoas e outras devido a localização geográfica e/ou tradições diferentes é utilizada como ponto de partida ou final de análises e estudos. O Orientalismo é tão convicto de si que “qualquer generalidade ganha foros de verdade; qualquer lista especulativa de atributos orientais acaba por se aplicar ao comportamento dos orientais no mundo real” (SAID, 2007, p.85). “Os Ocidentais são racionais, pacíficos, liberais, lógicos, capazes de manter valores reais, sem suspeita natural” (SAID, 2007, p.85), e os orientais seriam justamente o oposto disso.

A abstração sobre o Oriente era tão desenvolvida que os orientistas não tinham interesse em nada que desviasse dessa “verdade”; tendo muitos produzido conhecimentos de segunda-classe em contos e mitologias orientais, uma verdadeira fantasia europeia. Hoje em dia é difícil alguém se considerar explicitamente um orientalista, pelo menos até a Segunda Guerra Mundial, contudo, é um termo ainda em uso quando universidades promovem programas sobre civilizações orientais, por exemplo.

De acordo com Said, o que ele chama de Orientalismo nada mais é do que

uma forma de realismo radical; qualquer um que empregue o Orientalismo, isto é, o hábito de lidar com questões, objetos, qualidades e regiões considerados orientais, designará, nomeará, apontará, fixará o tema de seu discurso e pensamento com uma palavra ou frase, que então se considera ter adquirido realidade ou, mais simplesmente, ser a realidade. Em termos retóricos, o Orientalismo é absolutamente anatômico e enumerativo; usar o seu vocabulário é empenhar-se em particularizar e dividir as coisas orientais em partes manipuláveis. Sob o enfoque psicológico, o Orientalismo é uma forma de paranóia, um conhecimento de um tipo diferente, digamos, do conhecimento histórico comum. Esses são alguns dos resultados, creio eu, da geografia imaginativa e das fronteiras dramáticas que traça. (SAID, 2007, p.114)

O Orientalismo é uma disciplina que descreve a abordagem ocidental no Oriente e a aborda de maneira genérica e sistemática por meio da descoberta e da prática. Além disso, Said utiliza essa noção para tudo que designa a existência do lado leste, sejam eles sonhos, imagens ou vocabulários. O que importa é como esses dois aspectos serviram para o avanço da Europa pelo mundo. O termo Oriente antes de ser utilizado para definir o Leste Asiático e aquilo que é exótico e distante, referia-se ao Oriente islâmico até meados do século XVIII.

Para o Ocidente, a Ásia representara outrora a distância silenciosa e a alienação; o islã era a hostilidade militante ao cristianismo europeu. Para superar essas temíveis constantes, o Oriente precisava primeiro ser conhecido, depois invadido e possuído, depois recriado por eruditos, soldados e juizes que desenterravam línguas, histórias, raças e culturas esquecidas

para situá-las - fora do alcance do oriental moderno - como o verdadeiro Oriente clássico que poderia ser usado para julgar e governar o Oriente moderno. (SAID, 2007, p.139)

Os limites do Orientalismo estão em “desconsiderar, essencializar, desnudar a humanidade de outra cultura, povo ou região geográfica. [...] Ao considerar o Oriente como algo cuja existência não é apenas demonstrada, mas permaneceu fixa no tempo e no espaço para o Ocidente” (SAID, 2007, p.161). O Orientalismo influenciou até mesmo períodos inteiros da história do Oriente, tornando-o mero coadjuvante passivo, pois aparece apenas em momentos de contato com o Ocidente. De fato, ele foi importante como pontapé inicial para pesquisas relacionadas ao Oriente, e propõe aos intelectuais contemporâneos a lidarem com os problemas metodológicos que o próprio Orientalismo causou. Contudo, não se deve esquecer os valores humanísticos que o alcance do Orientalismo quase apagou da história. O Orientalismo não poderia ter ocorrido sem os elementos de expansão, confronto histórico, simpatia e classificação, abordadas anteriormente. Sem eles, o Oriente não seria liberto das amarras religiosas que o examinavam e julgavam sob as lentes do Ocidente cristão - raiz do Orientalismo moderno (do século XVIII até começo do século XIX).

O Orientalismo moderno (XVIII-XIX) foi mais do que um aspecto do imperialismo e do colonialismo europeu. Said mostra justamente como o Orientalismo se torna uma disciplina sistemática de acumulação intelectual, humana e de territórios, e quão eficaz foi sua autoridade.

É interessante observar como o Orientalismo enquanto um modo de escrita, visão e estudo orientalizados tendo o Oriente (suas civilizações, povos e geografia) como um tema se torna um sistema de representações estruturadas exclusivamente para a consciência ocidental (SAID, 2007, p.275). E o propósito deste trabalho é uma tentativa de quebrar essa consciência ocidental. O Orientalismo é tanto uma influente tradição acadêmica quanto uma área de interesses em que o Oriente é um objeto de conhecimento, seja ela cultural, econômica, política, de história, da peregrinação a expedições militares. Enquanto uma disciplina, o Orientalismo disseminou uma série de expressões estereotipadas que se referiam ao Oriente, as quais dominaram o repertório do discurso europeu. O Orientalismo era creditado como um conjunto de verdades a respeito de civilizações e lugares específicos fora da órbita europeia ocidental.

Said diz que o Oriente é uma invenção do Ocidente enquanto uma só cultura, geografia e história sem distinção cuja presença existe só e para o Ocidente. Já Naoki Sakai (1988) desenvolve um pouco mais este pensamento ao apontar que o Oriente não é uma “unidade cultural, religiosa ou linguística” homogênea, pois elas “variam de regiões no Oriente Médio e daquelas no Extremo Oriente” (apud MORLEY; ROBINS, 1995, p.155, tradução nossa). Dificilmente elas têm alguma área em comum, o que a faz parecer uma unidade seria o fato de compartilharem a noção de objetificação

e exclusão fruto das ações ocidentais em suas terras em nome de um suposto progresso histórico. Dessa maneira, se o que se entende por Ocidente não existisse, a própria construção do que conhecemos como Oriente não existiria.

O Orientalismo destrinchado por Said também não propõe um dualismo invertido, ou seja, de que o Ocidente seria então o mau e o Oriente, o bom, que todo ocidental seria ruim e todo oriental seria uma vítima; ele não está em defesa do Oriente ou do islã, mas como dito anteriormente, “palavras como “Oriente” e “Ocidente” não correspondem a nenhuma realidade estável que exista como fato natural. Além disso, todas essas designações geográficas são uma combinação estranha do empírico e do imaginativo.” (SAID, 2007, p.440). Ele acredita que qualquer cultura, para se desenvolver e se manter, necessita da existência de um alter ego diferente, cada sociedade, independente de qual seja ela, cria e recria com os seus “Outros” em relação a “nós” com o virar das eras. E, assim, interpretam e reinterpretam a depender da realidade vivida. O Orientalismo é um sistema e a influência que ele causou tanto negativa quanto positiva é fato, e o dever dos estudiosos e acadêmicos de hoje é justamente se libertar das amarras do Orientalismo e assim iluminar a experiência histórica desses povos de modo empático e emancipatório.

O livro de Said é o ponto de partida para que pessoas como eu possam refletir sobre como e de quais locais vêm meus preconceitos e “achismos”, e como posso começar a quebrá-los. Orientalismo de Said é um livro introdutório para quem deseja adentrar a este mundo por muito tempo desprezado e ridicularizado. O Orientalismo é um discurso cultural e político que se originou durante o colonialismo, e sim, é um discurso que legitima o controle imperial em uma região por anos hostilizada. Investe em um novo modo de se analisar a barreira supostamente inquebrável que separou por séculos o Leste e o Oeste, e hoje, percebe-se que as definições do Orientalismo não são uma verdade máxima e sim, uma experiência histórica passível de ser revista (ao menos parcialmente).

Em vista disso, podemos começar a analisar a relação entre o Japão e a Coreia entre os anos de 1910 e 1965, período que começa com a colonização japonesa no território coreano, o fim da mesma e o tratado que normalizou as relações entre estes dois países. A escolha deste momento histórico foi pelo fato de ainda ser um período pouco estudado na área de Relações Internacionais no Brasil, entretanto, é importante conhecê-lo, pois é um acontecimento que ainda reflete, predominantemente de maneira negativa, nas relações bilaterais entre o Japão e a Coreia do Sul na atualidade. Assim, será feita uma análise histórica cronológica do processo de dominação japonesa na Coreia, a reação da segunda quanto à opressão sofrida e como o Japão governou esta colônia durante 35 anos.

## 2. A COREIA E A DOMINAÇÃO JAPONESA

A Coreia localizada na região nordeste do continente asiático é uma região peninsular e atualmente está dividida pelo paralelo 38 em duas Coreias: Norte e Sul. Com influências vindas das migrações de povos da China e da Mongólia, formou-se o reino coreano com escrita, cultura, religião e costumes desenvolvidos para e pelo seu povo. Ao início do século XX, o povo coreano perdeu sua soberania e sua liberdade com a invasão e posterior dominação do império japonês, e por um curto período com os Estados Unidos ao poder, que durou até 1948 quando, enfim, conseguiram de volta sua soberania. Será neste curto, porém, intenso período histórico, especificamente entre 1910 e 1945, que este trabalho irá analisar a relação colonial entre uma Coreia ainda unificada e o império japonês.

A relação entre o Japão e a Coreia remonta longos séculos de interações migratórias, contatos comerciais e tentativas de conquistas territoriais, contudo, foi com a vitória japonesa na guerra russo-japonesa (1904-1905) que essas relações tomam outros contornos. Em 1902, o governo japonês após assinar um acordo naval com Londres recebeu o apoio do governo britânico quando estes reconheceram os interesses nipônico pela Coreia, o que levantou a moral japonesa, pois, em 1903, o governo japonês propôs aos russos que reconhecessem sua soberania perante a península coreana, e em troca entregariam a Manchúria para os russos. Contudo, o governo russo fez uma contraproposta, fazer uma zona neutra na Coreia ao norte do paralelo 39, proposta igualmente rejeitada pelo Japão.

Graças a este embate entre os países, em fevereiro de 1904, os militares japoneses desembarcaram na Coreia e foram até a capital *Hanyang* com o objetivo de intimidar e levar o governo coreano submeter-se ao Japão. Em busca de apoiadores no território coreano para contrapor a presença de partidários do Clube da Independência<sup>2</sup> na arena política coreana, em agosto de 1904 foi criado um grupo de coreanos pró-japoneses, *Iljinhoe* ou “Sociedade Unida para o Progresso”, 일진회 (MACEDO, 2018, p.138) liderado por Song Byung Joon (1858-1925) e *Yi Yonggu* (1868-1912), além de “ex-funcionários reformistas, comerciantes e rebeldes antiocidentais” (MACEDO, 2018, p.138). Tendo como ato de lealdade, todos cortaram seus topetes e contribuíram para a construção de linhas de trem para a guerra contra os russos. Em maio de 1904, a tropa japonesa atravessou o rio Yalu e entraram em combate com os russos na península de Liaodong, onde sofreram muitas baixas para conseguir Port Arthur (atual Luysun). Apoiada pelos britânicos, a força japonesa saiu vitoriosa no Estreito de Tsushima, impressionado com a vitória japonesa e as suas reformas da monarquia constitucional, o presidente Theodore Roosevelt (1858-1919) mediou as negociações entre os russos e japoneses. Ainda, assinou com o Japão o Acordo Taft-Katsura, em que reconhecia o domínio

<sup>2</sup> Fundada em 2 de julho de 1896 (*Tongnip Hyophoe*, 독립협회) por *Soh Jaipil* (1864-1951), foi um grupo nacionalista de defensores do ideal democrático e iluministas, anti-japoneses e pró-americanos

japonês na península Coreana e a dos EUA nas Filipinas. Com os russos, o governo japonês assinou o Tratado de Portsmouth em que a Rússia cedeu parte das Ilhas Sacalina e Curilas, as ferrovias na Manchúria e aceitou o controle japonês sobre a Coreia que se tornou um protetorado.

Mesmo tendo assinado o Tratado de Paz, Amizade e Comércio em 1882, o imperador coreano Gwangmu não conseguiu o apoio estadunidense, sem ajuda externa, em 1905, ex-ministro japonês Ito Hirobumi ocupou o palácio real e passou a controlar o reino coreano por meio da assinatura do Tratado de Protetorado (1905), assinado pelo gabinete do imperador Gwangmu intimidados pelas tropas japonesas. Com isso, houve a queda do milenar império coreano, agora sob o domínio japonês, nomeado residente-geral, Ito Hirobumi passou o controle da política externa, finanças e segurança às mãos dos conselheiros japoneses enquanto mantinha as instituições e cargos diretores aos coreanos, e investiu em infraestrutura visando ganhar credibilidade entre os coreanos. As tentativas do imperador Gwangmu de conseguir apoio no exterior foram frustradas ao ter seus representantes impedidos de participar da Segunda Conferência Internacional da Paz em Haia (1907), afinal a Coreia havia perdido grande parte da sua soberania para o Japão. Assim, o imperador foi obrigado a abdicar do seu trono para o príncipe herdeiro Sunjong (1874-1926) e último rei da dinastia Joseon que, subordinado ao Japão, assinou um novo tratado de protetorado que permitiu o total controle dos cargos ministeriais coreanos aos japoneses. Ampliando a resistência e o sentimento anti-japonês na Coreia, Ito Hirobumi teve de enfrentar a ira dos membros do “Exército Justo” (*Uibyeong*) que faziam campanhas contra a dominação japonesa e atacavam pessoas ligadas ao governo japonês, “o exército japonês matou cerca de 11 mil e 500 membros do *Uibyeong*, gerando visibilidade na imprensa internacional” (MACEDO, 2018, p.142).

Clandestinamente, An Chang-ho (1878-1938), um nacionalista coreano, organizou nos EUA um movimento para angariar fundos e financiar uma resistência armada. Conhecida como Shinminhoe (“Sociedade das Novas Pessoas”, 신민회), intelectuais e nacionalistas se engajaram em criticar o imperialismo japonês por meio de jornais e panfletos.

Sem apoio externo e sem fundos para o movimento anti-japonês, a resistência coreana terminou, de maneira extrema, assassinando Ito Hirobumi, em julho de 1909, na Manchúria. O ato foi feito pelo nacionalista coreano An Jung-geun (1879-1910), acreditando que tal ato iria atrair a atenção da comunidade internacional, contudo, ao contrário, conseguiu apenas a solidariedade pelo Japão. Dando abertura para uma política mais opressora japonesa, em 1910, para reforçar o controle sobre o protetorado, o governo japonês enviou o novo residente-geral, o General Terauchi Masatake (1852-1919), que reprimiu os rebeldes juntamente à nova polícia secreta japonesa (*Kenpeitai*), e em

22 de agosto de 1910, assinou com o primeiro-ministro coreano, Yi Wanyong, o Tratado de Anexação dando início a primeira fase da colonização japonesa (1910-1919) e assim, termina a dinastia Joseon (antiga Coreia).

## **2.1 PRIMEIRA FASE DA DOMINAÇÃO JAPONESA (1910-1919): OPRESSÃO E MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA COREANA**

O Tratado de Anexação oficializou a soberania japonesa na península coreana enquanto colônia. O General Terauchi Masatake como primeiro governador-geral com mãos de ferro comandou a nova colônia japonesa mesmo com a forte resistência da população coreana conservadora e elitizada que ainda mantinham a tradição confuciana<sup>3</sup>. Sob o novo comando, uma das primeiras medidas imperialistas foram feitas nos longos arrozais coreanos ao nacionalizar e vendê-las a preço de custo. Isso porque o Japão via a Coreia como “fornecedor essencial de matéria-prima para a economia, [...], e como mercado consumidor dos produtos industriais japoneses e capital de investimento” (MACEDO, 2018, p.145), por isso, as taxas de importação dos produtos japoneses eram baixas a fim de não ter concorrência no mercado. Além disso, houve a repressão de atividades políticas e livre expressão e da imprensa foram proibidas e, a partir de 1911, foi implantado um novo sistema educacional que ensinava a língua japonesa para os coreanos enquanto promovia a cultura e o imperialismo japonês além de todos aqueles que apoiaram o novo regime como heróis. Em 1912, intensificaram os abusos das autoridades japonesas que agora podiam investigar e torturar suspeitos opositores ao governo japonês. O cristianismo se tornou uma via de escape para a opressão japonesa, isso porque a resistência coreana contava com a ajuda das escolas missionárias estrangeiras no país (maior parte vinha da América do Norte) para atuar (MACEDO, 2018, p. 146).

Internacionalmente, o mundo estava um caos. Em novembro de 1917, a Revolução Bolchevique derrubou a Rússia czarista, e o discurso leninista de “que todos os povos oprimidos deveriam ser apoiados” ecoou na colônia coreana e inspirou o movimento comunista na península. Em 1918, o Partido da Juventude da Nova Coreia liderado por Yo Um-hyung enviou representantes para participar da Conferência de Paz (Paris) em prol da independência coreana, contudo, apesar de não terem tido bons resultados, a atuação ajudou a manter a chama da esperança de alcançar a liberdade do povo coreano. Outra iniciativa tomada aconteceu em Tóquio: em 8 de fevereiro de 1919 foi criado, por residentes coreanos, o Partido da Independência da Coreia visando ser a base de uma

---

<sup>3</sup> Acreditavam na superioridade frente ao povo japonês pois estes tinham decaído frente ao ocidentalismo com a Reforma Meiji (reforma institucional aos moldes ocidentais com manutenção de características orientais visando um rápido desenvolvimento do país).



época de mudanças. Além disso, ao retornarem do Japão, estudiosos coreanos começaram a lecionar os jovens sobre os princípios de liberdade e direito dos povos influenciados pelo discurso de Woodrow Wilson (1856-1924) na Conferência de Paz (1919) sobre a autodeterminação dos povos. Tal discurso também influenciou a organização de campanha internacional em prol da independência coreana, e na união e apoio entre coreanos nacionalistas e lideranças religiosas visando a promoção da política anticolonial.

Essa maré de ideais repercutiu no dia 1º de março de 1919, quando manifestantes se reuniram na Praça Pagoda, juntamente com os 33 líderes religiosos, para ouvir a leitura da Declaração de Independência (escrita pelo poeta Choe Nam-seon) por Son Byong-hi (1861-1922) e é, até hoje, símbolo de inspiração para os movimentos nacionalistas e de libertação.

A mensagem gritada pela “Longa Vida (Man-se) À Independência Coreana!” ecoou pelo movimento e pelo país, ao ponto que foi mobilizado estimado dois milhões de coreanos. Dias depois, as manifestações pelo país ganharam ares violentos, e as autoridades japonesas resolveram agir de maneira brutal. Mobilizando a polícia, o kenpeitai e o exército, foram usados rifles e espadas durante semanas contra os considerados subversivos. Ao todo, cerca de 7500 pessoas morreram, 15 mil feridos e mais de 46 mil presas e torturadas. Centenas de casas, igrejas e escolas foram incendiadas. Em 15 de abril, a população de uma aldeia perto de Suwon foi massacrada dentro de uma igreja local pelas autoridades japonesas. As notícias aterradoras, no entanto, não chegaram a impactar na imprensa internacional, pois muitos países ocidentais não assumiram posição crítica diante de um aliado nos esforços da Primeira Guerra Mundial, o Japão. (MACEDO, 2018, p.149)

O Movimento de 1º de março de 1919, também conhecido como Movimento Sam-il (삼일운동), é considerado a maior manifestação coreana contra o colonialismo japonês, tanto que as autoridades tiveram que reformular sua política colonial opressiva para uma mais branda, visando a reconciliação com o povo coreano.

### 2.2.1 A SEGUNDA FASE DA COLONIZAÇÃO JAPONESA (1919-1932)

Tal movimento levou a segunda fase da colonização japonesa (1919-1932) em que:

O kenpeitai foi substituído por forças regulares, e oficiais japoneses não mais poderiam ostentar suas espadas consideradas como símbolo da opressão colonial. Novas medidas permitiram publicações coreanas e direito de expressão e reunião. O número de escolas foi aumentado, assim como os anos de estudo aos coreanos. Foi prometido o respeito às tradições e cultos coreanos. Dos novos jornais coreanos fundados em 1920, dois ‘foram’ [sic] pertenciam e foram dirigidos por coreanos, o Dong-A Ilbo (동아일보) e o Chosun Ilbo (조선일보). [...] Visando coibir os mais rebeldes, o governo de Saito revogou as escolas particulares de missionários cristãos, sob o pretexto de propagar crenças subversivas à ordem coreana. Nas escolas públicas, as autoridades japonesas passaram a ensinar história, a defender a integração e assimilação aos japoneses, distorcendo o passado coreano. (MACEDO, 2018, p.149)

O Movimento Sam-il impulsionou a onda do movimento nacionalista que buscava a independência da Coreia enquanto nação soberana e independente ao longo da década de 1920. Com uma nova geração de líderes<sup>4</sup>, frentes de resistência se reuniram para planejar uma nova estrutura política após a queda dos japoneses agora de base republicana. Mesmo com campanhas nos Estados Unidos para ajudar o povo coreano, Syngman Rhee não conseguiu nenhum apoio das nações do oeste, mas conseguiu apoio do governo soviético ao fornecer recursos financeiros, armamentos e ajuda no treinamento para os combatentes que lutavam pela independência coreana. Os ideais de Marx e Lênin resultaram no aumento de grupos comunistas cujos membros eram intelectuais, rebeldes, ativistas e políticos exilados, e defendiam a libertação do povo coreano do domínio colonial japonês. A opressão das forças policiais levou a união de vários comunistas coreanos para fundar, em 1925, o Partido Comunista da Coreia (*Choson Kongsandang*, 조선공산당). Apesar de muitos de seus ativistas terem sido presos, em 1926, “conseguiram instigar uma manifestação em massa que teve impacto na resistência nacionalista antijaponesa” (MACEDO, 2018, p.152). Após essa conquista, o Partido Comunista e a frente nacionalista se aliaram para fundar em fevereiro de 1927 a “Sociedade Nova Coreia” (Singanhoe, 신간회) para unificar e ampliar a luta pela independência. Devido às constantes perseguições e repressões do governo japonês, a frente unificada foi desmembrada e a atuação comunista e nacionalista diminuíram no território coreano, contudo, se mantiveram no exterior tendo como base: Manchúria e Xangai. Um exemplo do maior grupo de resistência ao imperialismo japonês na Coreia ficava em Xangai, localização do Governo Provisório da República da Coreia.

Almejando fortalecer a sua presença em terras coreanas, o governo japonês investiu na construção de indústrias metalúrgica, química e têxtil, no desenvolvimento da produção agrícola, além de incentivos para as Zaibatsus<sup>5</sup> (conglomerados japoneses) instalarem suas empresas nas colônias (coreana e manchuriana) em vista da vasta mão de obra barata. Claramente a maior parte dos lucros e da produção foram redirecionados para o governo colonial japonês e não ao empresariado coreano.

---

<sup>4</sup> Nomes como o democrata Syngman Rhee, ex-membro do “Exército Justo” Yi Dong-nyong (1869-1940), Yi Dong-hwi (1873-1935) um líder comunista que vivia na Sibéria, Ahn Chang-ho filósofo e o historiador Shin Chae-ho compõem a lista de líderes da resistência coreana.

<sup>5</sup> Zaibatsus são grandes conglomerados industriais e financeiros que surgiram durante a Reforma Meiji (1868-1912) originalmente eram comandadas pelas famílias fundadoras. Tiveram grande influência na economia japonesa quando surgiram no período Meiji mantendo-se até o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

## **2.2 TERCEIRA FASE DA COLONIZAÇÃO JAPONESA (1932-1945): INTERMINÁVEL REGIME DRACONIANO NA COREIA**

A terceira fase da colonização japonesa (1932-1945) presenciou o retorno da política opressora aos coreanos, a começar com a exploração da mão de obra coreana para ser utilizada durante a guerra, principalmente, na Manchúria, a partir de 1932, na China Continental (1937) e no Pacífico (1941). O exército de rebeldes anti-japoneses presente na Manchúria e no norte da Coreia nunca parou de lutar pela independência coreana, mesmo com a pouca ou quase total escassez de recursos, combatentes, falta de apoio, forte repressão da polícia. Ao contrário do que o governo japonês acreditava, essa política opressiva apenas inflava o movimento nacionalista na Coreia. Além disso, vale ressaltar a importância do apoio em treinamentos, financiamento e principalmente na proteção dos militantes coreanos exilados garantidos por territórios chineses como Xangai e Manchúria devido à questão das “comfort women” em seus países e da União Soviética, que também viam o avanço do militarismo japonês como uma ameaça aos seus governos. Em junho de 1937, Kim Il Sung, apoiado por comunistas chineses e liderando 150 homens, invadiu a Coreia do sul do rio Yalu, atacou a base japonesa em Pochonbo e matou vários soldados japoneses. Um movimento que serviu de inspiração para as futuras lutas anti-japonesas.

O avanço da ofensiva japonesa na China devido ao conflito Sino-Japonês (1937-1945) intensificou a exploração de minérios e de recursos humanos na Coreia para sustentar o esforço de guerra. Assim, retornou ao regime draconiano no território e impositor da primeira fase da colonização japonesa. Sob o comando do governador-geral Minami Jiro (1874-1955), impôs a política de total assimilação juntando os dois países como apenas um só corpo (naisen ittai, 內鮮一體), ou seja, extinguindo completamente a identidade coreana dentro do território coreano visando a mobilização em prol da guerra.

Em 1937, houve um aumento de agentes da polícia secreta japonesa e de militares no território coreano após a criação do Comitê Central de Informação (órgão de vigilância e inteligência) para policiar a sociedade coreana e caçar os dissidentes. Em 1938, foi fundada a Federação Coreana de Mobilização Total do Espírito Nacional (Kokumin Seishin Sodoin Chosen Renmei) para que a sociedade coreana se tornasse completamente leal e dedicada à guerra em que todos deveriam contribuir em serviços, trabalhos, racionamento e vigilância (MACEDO, 2018, p. 156). A situação miserável apenas aumentava, até mesmo as vestimentas foram modificadas. Os homens deveriam usar uniformes de guerra e as mulheres não podiam mais usar os tradicionais vestidos coreanos, apenas camiseta e calças marrons. Os uniformes escolares coreanos agora eram os mesmos do sistema japonês.

Foi uma política de completa absorção da cultura, tradição e religião coreana. A repressão começou nas escolas quando o idioma coreano foi substituído pelo japonês, e os alunos deveriam usá-lo até mesmo em casa. Além disso, todas as manhãs eram obrigados a se curvar em direção ao leste (sentido do palácio imperial japonês- Tennô, 天皇) e jurar lealdade ao império. Foi proibida a circulação de periódicos em língua coreana, além disso, os coreanos deveriam visitar todo mês um templo xintoísta e cultuar os deuses japoneses, fechando igrejas cristãs e privando a liberdade religiosa na Coreia. Já em 1939, o uso de sobrenomes japoneses pelos coreanos tornou-se obrigatória, indo de encontro à tradição confucionista de honrar os ancestrais familiares. Com esse fim, o governo decidiu beneficiar quem fizesse a mudança com cargos no governo e racionamento.

Em 7 de dezembro de 1941, após o ataque japonês a Pearl Harbor, a política colonial na Coreia voltou seus esforços para a guerra. E para isso, estima-se que cerca de 200 mil jovens coreanos foram recrutados para a guerra. As autoridades japonesas na colônia coreana também recrutaram quase um milhão de trabalhadores coreanos para trabalhos compulsórios em minas, fábricas e até mesmo em campos de batalha. Além disso, cerca de 200 mil jovens mulheres coreanas foram “recrutadas” para a Brigada de Corpo Dedicado (*Teishintai*), definidas como “mulheres de conforto” enviadas para os bordéis militares japoneses para servirem enquanto escravas sexuais. A maioria eram coreanas, mas também havia algumas provenientes de outras colônias japonesas. Essas mulheres foram sequestradas, vendidas e muitas vezes enganadas por propostas fraudulentas de emprego ou estudos.

Ao fim da Segunda Guerra em 1945 e, conseqüentemente, com a rendição japonesa sob o comando do imperador Hirohito (1901-1989), assim “a Coreia nasceu em setembro de 1945 sob os moldes da República Popular que visou um governo de coalizão e incorporar todo a gama de líderes nacionalistas, mas com um coeso núcleo comunista predominante (MACEDO, 2018, p.163-164). O povo coreano acreditava que, com o fim do domínio japonês, finalmente teriam seu próprio governo, algo que não tinham desde o início do século XX. De acordo com a Ordem Geral de 7 de setembro de 1945, anunciado pelo General Douglas McArthur (1880-1964), todo o território da Coreia ao sul da latitude 38 Norte estava sob autoridade do General McArthur, ou seja, dos Estados Unidos. E qualquer ato de resistência à nova autoridade seriam punidos. A manutenção de uma forte estrutura colonial similar ao anterior tinha como justificativa: a possível hostilidade oferecida pelos coreanos aos Estados Unidos por terem cooperado com o regime japonês. Dessa forma, o povo coreano era um povo a ser protegido pelos Estados Unidos que deveriam “ensinar” os moldes democráticos e pacíficos a este povo. A independência coreana só foi conquistada em 1948 tendo a República da Coreia reconhecida como o único e legítimo governo pela Assembleia das Nações Unidas.

Porém, os obstáculos para a independência coreana continuaram até o final da Guerra da Coreia (1950-1953), que dividiu o país pelo paralelo 38 em duas: Coreia do Norte e Coreia do Sul e até hoje não assinaram o acordo de paz.

Uma sociedade em crise, politicamente instável, sem experiência com o regime democrático, dividida entre um país comunista e outro capitalista, a reconstrução da Coreia do Sul passava por problemas. Visando a estabilidade da região para benefício próprio, os Estados Unidos mediarão o tratado de normalização<sup>6</sup> entre o Japão e a Coreia do Sul. Assinado em 22 de junho de 1965, ou o tratado de nº 8471, foi a base para que as relações entre o Japão e a República da Coreia (ROK) fossem normalizadas após o período da colonização japonesa, o tratado tinha a função de orientar os dois países a sustentarem suas relações bilaterais pelo respeito mútuo à soberania, a promoção da cooperação e para manter a paz internacional. Assim foi acordado entre o ministro das relações exteriores do Japão Etsusaburo Shiima, o ministro das relações exteriores coreana Tong Won Lee e o embaixador Dong Jo Kim que qualquer acordo assinado entre o império do Japão e o império da Coreia em ou antes de 22 de agosto de 1910 seriam nulos, reconhecendo, assim, a República da Coreia como único governo da Coreia. O Japão deveria pagar, a partir da assinatura do tratado, em até dez anos o equivalente na época a \$300 milhões de dólares (¥108,000,000,000) em produtos e serviços japoneses e subsídios. Empréstimos a juros baixos no valor de \$ 200 milhões de dólares (¥72,000,000,000) também foram previstos no acordo.

Manifestantes coreanos contestaram a assinatura do tratado pois, para eles, o acordo era injusto e precipitado. Além disso, nada se falava sobre o pedido formal de desculpas do Japão à Coreia por todo o terror causado por eles, principalmente a questão das “comfort women” (questão tratada no terceiro capítulo deste trabalho), a qual teria sido indireta e supostamente “resolvida” com a ajuda financeira. Mesmo assim, o tratado de normalização foi assinado graças, também, a Park Chung Hee, que ditatorialmente governou a Coreia do Sul após a independência da mesma. Hee estava mais interessado na ajuda financeira para reconstruir o país. De acordo com Macedo (2018, p. 223), “a Coreia, no conjunto de sua história, foi palco de intensos combates, migrações, embates e contestações. Disso moldou-se a nação coreana, de sua criatividade e energia, de suas adaptações e inventividade”.

Ainda há questões a serem resolvidas no território coreano com o Japão, para que talvez possam superar este doloroso passado e assim partir para uma nova perspectiva nas relações entre

---

<sup>6</sup> O documento está disponível na íntegra no site:  
[https://treaties.un.org/Pages/showDetails.aspx?objid=080000028012a2bc&clang=\\_en](https://treaties.un.org/Pages/showDetails.aspx?objid=080000028012a2bc&clang=_en)

estes dois países. Dessa maneira, no terceiro capítulo trabalharei com as três questões que mais tensionam as relações bilaterais entre Japão e Coreia do Sul sendo elas: a soberania das ilhas Dokdo/Takeshima; os livros didáticos japoneses e a questão das “mulheres de conforto”.

### **3. O JAPÃO E AS CONSEQUÊNCIAS HISTÓRICAS DO IMPERIALISMO**

Potência mundial com uma vasta história, cultura, com um desenvolvimento econômico e tecnológico consagrado e estudado por muitos, o Japão é o território composto por inúmeras ilhas e não se tem certeza do exato período de sua formação social, apenas que conta com muitos milênios. A sua formação histórica se entrelaça com estudos de arqueólogos com a mitologia, talvez por isso tenha tanta dificuldade em confirmar suas origens históricas com exatidão. A mitologia da divindade Amaterasu, responsável por criar o povo japonês e sendo seus descendentes o imperador e a família imperial, e por isso sentiam no direito divino de controlar e povoar a Ásia e assim construíram justificativas para as ações imperialistas e exploratórias do Japão no Leste Asiático, como vistos no capítulo anterior. O período Meiji (1868-1912) definitivamente foi o consagrador da guinada do Japão nas relações internacionais, ganhando reconhecimento e interesse dos países, principalmente do ocidente. A Restauração Meiji trouxe também o culto ao imperador e, conseqüentemente, a intensificação do nacionalismo. Contudo, ao longo deste trabalho, percebemos que tal discurso orientalista disseminava esse medo do avanço do Oriente - o Outro - e do que eles poderiam fazer até que no século XX, o Japão se tornou um dos principais alvos deste discurso e apenas levou a formação e contínua manutenção de uma visão estereotipada e negligenciada de veracidade. O Japão, ao se tornar um expoente durante o século XX (em maior relevância), visando uma maior autoridade sobre seus vizinhos no leste da Ásia, dominou territórios como Coreia, Manchúria e Taiwan em virtude da expansão do sentimento nacionalista no país e do medo da influência de países europeus e dos Estados Unidos na região, haja vista que tanto o Japão quanto outros países da Ásia, como a Coreia, tiveram encontros regados a opressão e intimidação destes países.

#### **3.1 O NACIONALISMO JAPONÊS**

De acordo com Kenneth Henshall (2008), a presença de uma ameaça estrangeira no território e o sentimento causado pelos tratamentos desiguais no plano internacional existe desde quando o comodoro norte-americano Matthew Perry (1853) foi ao Japão e obrigou o país a abrir suas fronteiras para permitir a entrada de outras nações. Além de assinarem nessa época “tratados desiguais” com nações ocidentais que as favoreciam e colocavam o Japão como nação não civilizada, humilhante, pois eram taxados de bárbaros mesmo que seu país tenha sido forçado a abrir seus portos. Dessa maneira, visando reverter essa situação, o governo passou a dedicar, desde 1897, mais da metade do orçamento às despesas militares, visando a competição com as potências imperialistas. Apesar de ter sido a primeira nação não ocidental a derrotar uma (guerra russo-japonesa) e ter se igualado e ganhado o reconhecimento das outras potências ocidentais, o Japão continuava sendo excluído e racialmente

discriminado por elas. Pode-se dizer que esses tratamentos desiguais para com os japoneses teriam seu ápice no período entre as duas guerras mundiais, afinal os Estados Unidos e as outras potências ocidentais continuavam vendo o Japão pertencente a uma raça inferior. Atitudes como essa acabaram por mitigar os argumentos para cooperar com os Estados Unidos com suas leis de emigração antijaponesas e altas tarifas alfandegárias. Contudo, vale lembrar que o Japão não é e nem foi um modelo em questões de igualdade racial, haja vista o que fizeram com a Coreia e outras de suas colônias no seu período de dominação. Todos os movimentos de entrar na Sociedade das Nações, tentar aprovar a lei de tratamento racial igual visava benefício próprio japonês. E, claro, o povo japonês apesar de suas realizações e conquistas, nunca seria visto como uma nação branca, simplesmente por não serem brancos mesmo que aderissem a estilos e atitudes ocidentais. Aliar-se às potências ocidentais não era mais vantajoso para o Japão, assim, a mudança de estratégia tomada pelo governo mudou e teve os resultados marcados na Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A ameaça da colonização pelo imperialismo ocidental moveu a onda nacionalista no país, e a resposta japonesa a essa iminente ameaça foi: se modernizar, buscar o conhecimento nos países ocidentais tecnológicos e de governança para então aplicar no Japão, porém, é claro, a maneira japonesa que melhor se adequasse ao povo. Tal movimento nacionalista levou ao desejo de também se tornar um imperialista e com isso, no início do século XX, tivemos a guerra russo-japonesa (1904-1905), causando furor entre as potências imperiais com a iminência de uma nova potência mundial. O Japão tomou posse da Manchúria, Formosa e após a vitória contra os russos, a Coreia.

Pode-se ver que o nacionalismo japonês tomou formas com a reforma Meiji (1868-1912) em que o processo de modernização do país aos moldes ocidentais e com características próprias do Japão aliada à veneração do imperador, uma figura relacionada como descendente da deusa da criação Amaterasu, cuja deusa seria a responsável pela formação do país e sendo assim, seus descendentes sendo da família imperial. O conceito de se ter um imperador descendente de uma deusa o tornava um ser absoluto e divino, e nada mais “justo” do que ele dominar a Ásia e assim, como um desígnio divino, libertar o povo da ameaça ocidental. Isso foi utilizado pelos imperialistas japoneses anti-imperialistas à exaustão para justificar suas ações.



## 3.2 OS PRINCIPAIS PONTOS DE TENSÃO NA RELAÇÃO ENTRE JAPÃO E COREIA DO SUL

### 3.2.1 Livros didáticos

Publicado em 1937 pelo Ministério da Educação, o extenso documento Kokutai no Hongi (Princípios Fundamentais da Nação) seria considerado a bíblia do “sistema do imperador” e foi usado como livros didáticos por professores para doutrinar os alunos (HENSHALL, 2008, p. 161). Visando a expansão da ideologia do imperador como um ser divino e absoluto para a nação, tal documento estava repleto de inconsistências, porém com aparência de autoridade, apelava simplesmente para as emoções com ênfase à divindade do imperador, e sobre como o povo deveria dedicar absolutamente suas vidas a ele, afinal, tinham uma relação natural de pai-filho, e como o povo ocidental individualista carecia dessa harmonia familiar e, como tais, apenas traziam consigo corrupção. De acordo com o livro História do Japão de Kenneth Henshall (2008, p. 162), a doutrinação foi tão bem sucedida que não apenas o povo, mas pessoas de altos cargos no Japão também acreditavam fielmente nessa propaganda. Sem dúvidas, a maior parte do povo japonês foi completamente doutrinado, contudo, questionar o sistema imperial era o mesmo que arriscar a própria vida. Então, o medo de ser visto como traidor também fez seu papel na manutenção dessa ideologia.

Ao fim da Segunda Guerra, o CSFA ordenou a revisão dos conteúdos dos livros didáticos sob uma perspectiva democrática, afinal, o general McArthur sabia do poder de influência que eles tiveram. Dessa forma, foi instituído o sistema educacional norte-americano tanto nas escolas quanto nas universidades, com livros americanos sobre a História da Guerra e a substituição do corpo educacional (HENSHALL, 2008, p.208).

A questão dos livros didáticos complicou-se em 1982 (LEE, 2001) e, em 1986 quando, liderado pela ala ultraconservadora japonesa, o ministério da educação aprovou a revisão do conteúdo dos livros didáticos das escolas em que retomava termos e conceitos utilizados nos manuais (ou livros) didáticos do início do século XX. Termos que enaltecem o imperialismo japonês, de “agressão” alteraram para “avanço” do imperialismo japonês (SPICE, 2001) e, acima de tudo, ocultavam as atrocidades cometidas pelo exército japonês nas colônias. Por exemplo, de acordo com Ahn Sung-mi (2022), a negação do fato de que houve a exploração sexual das “mulheres de conforto” pelo exército japonês, descritas nos livros como cooperação laboral. Essa brusca alteração tomou conta dos noticiários da Coreia do Sul, da China e da comunidade internacional, e logo pediram a revogação dessa mudança. Já em 2001, com a nova revisão dos livros, o governo japonês aceitou a alteração desses mesmos termos, mas incluiu que as ilhas Senkaku e Takeshima definitivamente

faziam parte do território japonês (HIROSHI, 2012). Tais ilhas ainda são motivos de discórdia entre a China e a Coreia do Sul, pois a posse delas ainda é uma questão não resolvida e também é motivo da instabilidade nas relações bilaterais entre esses países com o Japão. O governo sul-coreano e a sua população condenaram veementemente essa atitude, negando encontros de ministros japoneses na Coreia do Sul, realizando boicotes a produtos japoneses no país e protestos (STANGARONE, 2020). Foi um período conturbado para as relações bilaterais entre Japão e Coreia do Sul, contudo, apesar da questão continuar sem solução não houve nenhuma ação violenta por nenhuma das partes, talvez pelo fato de que a relação econômica entre os dois países fosse mutuamente necessária. Além disso, algumas prováveis justificativas para a atitude negacionista do Japão seriam (LEE, 2001): o crescimento da ala ultranacionalista em virtude à esmagadora presença dos Estados Unidos, tanto no Japão quanto nos demais países vizinhos; a estagnação econômica que desde a crise econômica o Japão não conseguiu retomar a sua posição econômica; e claro, a ascensão econômica da China e o desenvolvimento da Coreia do Sul que estão ou já ultrapassaram o Japão economicamente. Certamente, não é uma defesa da atitude negacionista do Japão, porém, são razões que levaram a esta decisão.

### 3.2.2 Dokdo/Takeshima

Localizado aproximadamente a 217 km do litoral sul-coreano e 158 km das Ilhas Oki (Japão) no Mar do Japão (Mar do Leste), o pequeno arquipélago conhecido, atualmente, como Dokdo pelos coreanos e Takeshima pelos japoneses é motivo de disputa e discórdia entre esses povos desde o início do século XX. Para o Japão (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO JAPÃO, 2014), em 1905, após as reivindicações da província de Shimane, o Gabinete Ministerial aprovou a integração de Takeshima, garantindo, assim, a soberania do Japão sobre o território. E, em 1910, após a anexação total do território coreano pelo império japonês, as ilhas Dokdo ficam sob jurisdição oficial do Japão, que na época eram chamadas de ilhas Takeshima pertencentes à província de Shimane (211 km).

De acordo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão (2014) em suas palavras, Takeshima indubitavelmente faz parte do território japonês reconhecida desde 1779 como descrito no Mapa das Terras e Estradas Japonesas (1779) e a República da Coreia (ROK) argumenta que as ilhas Dokdo são reconhecidas desde o reinado de Sejong em 1454 enquanto território coreano. Sobre a atual ocupação do exército da Coreia do Sul no arquipélago, para o governo japonês isso não possui respaldo jurídico legal internacional. Na atualidade, o exército sul-coreano pratica exercícios militares duas vezes ao ano na Ilha Dokdo (VIANA, 2021, p. 185), além de vigiar constantemente o

arquipélago, buscando a consolidar a soberania sobre o território. Takeshima sempre pertenceu ao Japão, desde o século XVII, graças a uma confusão cartográfica de dois europeus. Por terem medido errado, Takeshima foi confundida com outra ilha próxima. Além disso, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão (2014) também argumenta que a Coreia nunca conseguiu de fato entregar fatos verídicos ao suposto pertencimento da ilha a ela. Baseando-se no artigo nono da constituição japonesa e visando a manutenção da paz entre seus vizinhos, o Japão diversas vezes tentou dialogar pacificamente para reverter a insistência coreana.

Após o fim da Segunda Guerra (1939-1945), com a assinatura do Tratado de Paz de São Francisco (1951)<sup>7</sup>, o Japão abre mão de todos os territórios ocupados e conquistados durante a guerra, menos das ilhas Dokdo/Takeshima, decisão contestada pelo governo coreano. O embaixador coreano You Chan Yang solicitou, na época, para o governo dos Estados Unidos a inclusão no art.2 (a) sobre a renúncia total do Japão perante as Ilhas Dokdo. Tal parecer foi negado pelos Estados Unidos e, de acordo com o parecer, a ilha Dokdo nunca pertenceu ao governo coreano e nem tinha de fato reivindicado a soberania sobre o território. Assim, o General Douglas McArthur, Comandante Supremo das Forças Armadas estadunidenses, opta por retirar a jurisdição do Japão sobre as ilhas, passando a ser área de treinamento e testes de bombas dos Estados Unidos (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO JAPÃO, 2014).

Já em 1952, com a Proclamação Presidencial Coreana sobre o Mar Adjacente, foi estabelecida a “Linha Syngman Rhee” pelo presidente sul coreano Syngman Rhee como defesa da soberania marítima da ilha e permitindo a livre pesca pelos coreanos ao redor do território e sendo protegida até hoje pela Guarda Marítima coreana (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO JAPÃO, 2014). Assim, desde então, o Japão tem submetido a controvérsia à Corte Internacional de Justiça, sendo recusada pela República da Coreia. Mesmo com a escalada das tensões na região com a expansão militar russa e chinesas e a ameaça nuclear norte-coreana (VIANA, 2021, p. 188), é difícil manter a paz nas relações bilaterais entre Japão e Coreia do Sul enquanto a disputa pelas ilhas Dokdo/Takeshima continuar as assombrando.

A ascensão do nacionalismo coreano (VIANA, 2021, p. 189-190), liderado por autoridades políticas coreanas, fortaleceu o argumento de que a renúncia do Japão sobre as ilhas é uma questão de dívida histórica, quase uma compensação para o povo coreano. O peso da memória histórica preenche as relações entre os países, pois a sociedade não esqueceu do passado colonial, e é

---

<sup>7</sup> Art. 2 (a) do Tratado de Paz de São Francisco: “Japan, recognizing the independence of Korea, renounces all right, title and claim to Korea, including the islands of Quelpart, Port Hamilton and Dagelet.”

aterrorizante para eles, pois é como se o governo japonês não se arrependesse da brutalidade causada durante a colonização.

### 3.2.3 Comfort Women

Outra importante memória histórica que pesa sobre as relações entre Japão e a Coreia do Sul é a questão das “mulheres de conforto”. Durante a terceira e última fase da colonização japonesa (1932-1945), regida por uma política opressora e desumana, o exército japonês decidiu criar estações de conforto para os soldados japoneses visando o incentivo e o aumento da moral dos soldados. As estações nada mais eram do que casas que aprisionavam mulheres das colônias para serem sexualmente exploradas por eles. Estima-se que cerca de 200.000 mulheres (HATA, 2007), de maioria coreana, foram vítimas trazidas à força, sequestradas, vendidas e enganadas por falsas propostas de emprego (MACEDO, 2018; SUN, 2018).

Com a assinatura do Tratado de Normalização de 1965, o Japão pagou a indenização financeira pelo período de ocupação e exploração do território coreano, contudo, alguns temas como sobre as “mulheres de conforto” não foram especificados com profundidade (SUN, 2018, p. 22). Para o Japão, a indenização e o tratado concluíam o tormento que esse período causou, e até a década de 1990, o próprio governo coreano não indagou sobre o caso das mulheres de conforto, primeiro, devido ao período em que estavam. Liderados por um ditador e preocupados com as guerras do Vietnã e da Coreia e depois interessados somente no desenvolvimento econômico do país, questões como essa foram esquecidas (SUN, 2018, p. 3).

Apenas em 1991 (SUN, 2018, p. 2), Kim Hak Sun foi a primeira “mulher de conforto” que testemunhou a violência cometida pelo exército japonês e pediu a indenização para o Japão, um ato que, mais tarde, encorajou mais mulheres a denunciarem, isso porque a vergonha que as vítimas sobreviventes passaram depois de terem sido “libertas” a fizeram se calar sobre as atrocidades que passaram, afinal, para a nação coreana, o fato delas não terem protegido sua virgindade era questão de humilhação para o país. Apenas em 1995, o primeiro-ministro japonês Murayama Tomiichi reconheceu e aceitou os fatos históricos (SUN, 2018, p.26), criando um fundo nacional para as mulheres na Ásia de apoio financeiro para vítimas e dando por encerrada a questão das mulheres de conforto. O fundo apenas intensificou o atrito entre os países, porque, apesar de muitas terem negado o auxílio por ser humilhante e visto com desconfiança como uma manobra política, outras, devido a suas dificuldades financeiras acabaram por aceitar, o que gerou divergência entre as próprias vítimas.

É fato que o Japão até hoje não conseguiu demonstrar culpa e arrependimento pelos crimes contra o povo coreano durante a colonização, ignorando sua responsabilidade ética e legal, e isso se

mostra na tentativa de calar as vítimas com dinheiro e sem pedidos de desculpas formais (SUN, 2018, p. 13). Além, claro, da constante negação do seu passado histórico, como visto nos livros didáticos japoneses. Por essa maneira, o atrito com o governo coreano ainda não se encerrou, tanto por essa falta de diálogo quanto talvez pela falta de interesse em resolver e melhorar as relações bilaterais com a Coreia do Sul. Isso porque os principais parceiros econômicos da Coreia do Sul e do Japão são a China e os Estados Unidos, preferindo priorizá-los enquanto subestimam e ignoram a importância que cada um tem para si como se fossem meros vizinhos e não parceiros econômicos (SHIM, 2021).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa deste trabalho pretendia compreender até que ponto o peso da memória histórica do período de colonização japonesa na Coreia e as divergências históricas existentes entre os dois afetaram as relações bilaterais entre a atual Coreia do Sul e o Japão? Para começar a compreender o porquê das relações bilaterais entre estes dois países serem tão conturbadas, no primeiro capítulo foi feita uma breve introdução ao conceito de Orientalismo de Said e como ele é importante para desmistificamos nosso entendimento estereotipados sobre os povos da Ásia, em especial, do Leste Asiático. No caso do Japão, deve-se entender que ele foi mais do que uma vítima das trágicas consequências da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ele também oprimiu e dominou povos durante a colonização. Neste trabalho foi abordada, no segundo capítulo, como se deu a colonização no território coreano (1910-1945), assim como as várias formas de resistência do povo coreano frente a dominação japonesa. Mesmo após o fim da Segunda Guerra e conseqüentemente o fim da colonização japonesa, algumas questões históricas continuam sem resolução. É perceptível que a pendente questão histórica afeta e faz com que tais relações oscilem de tempos em tempos, principalmente quando as três principais questões que cercam esses dois países são mencionadas em discussões políticas e lembradas por datas históricas. As três questões abordadas no terceiro capítulo são: dos livros didáticos, Ilhas Dokdo/Takeshima e *comfort women*.

Nos livros didáticos, por exemplo, o Japão movido pela base ultraconservadora do país incita o retorno ao nacionalismo e juntamente com a sua falta de arrependimento recusa o passado imperialista japonês e todas as atrocidades cometidas durante o período da primeira metade do século XX. Tal atitude leva na desinformação do povo japonês, principalmente dos jovens e crianças que estudam por meio desses livros, que mantêm e absorvem essa informação e não aprendem sobre o agressivo exército imperial nas antigas colônias, desconsiderando as vítimas de violência sexual pelo exército japonês estacionado nas colônias- *comfort women*-, como se tivessem sido recrutadas para trabalhos compulsórios e que estavam ali por vontade própria. Ou ainda, sobre a quem pertence a soberania das ilhas conhecidas como Dokdo/Takeshima, que mesmo não tendo uma conclusão definitiva, está contido nos livros que as ilhas pertencem indubitavelmente ao Japão.

Essas três questões ainda são motivo que levam a constantes boicotes por parte da Coreia do Sul, protestos e manifestações, afinal, para o povo coreano receber a posse das ilhas, conseguir justiça para as mulheres de conforto e a redenção dos atos do antigo império japonês por meio da exposição dos fatos verídicos nos livros didáticos é uma questão de dívida histórica, uma compensação e a falta de responsabilidade do Japão em assumir o seu passado histórico e não manter uma base de diálogo com o governo coreano para resolver essas questões é a prova de que o Japão não se arrepende de

seus atos. Até porque para o Japão a sua dívida histórica já tinha sido paga após a assinatura do tratado de normalização de 1965, ao pagar altas quantias em indenizações e outras ajudas para a reconstrução da Coreia. Contudo, o tratado não aprofunda sobre as três pertinentes questões citadas anteriormente, como se desprezasse a importância delas para a melhoria na funcionalidade das relações bilaterais entre Japão e Coreia do Sul.

Não cabe a este trabalho decidir ou apontar a qual dos países pertence a ilha, quem está ou não correto sobre essas questões apontadas ou como devem prosseguir na intermediação de suas relações. Este trabalho é o primeiro passo para imergir na longa e complicada história que cerca o Japão e a Coreia do Sul, territorialmente tão próximos, mas aparentemente tão distantes na comunicação. É fato que o Japão no auge do seu imperialismo abusou do seu poder e atentou contra a dignidade humana das vidas dos coreanos e de suas outras ex-colônias, e que mesmo após a assinatura dos tratados pós-guerra como o tratado de normalização de 1965, o Japão não aparentava completo arrependimento por suas ações, talvez pela mudança de governantes e discursos defendidos pelos mesmos. A ascensão da ideologia ultranacionalista ao longo dos últimos anos influenciado ainda pela forte presença dos Estados Unidos no país que ameaça a soberania do Japão, ou a ascensão da influência da China e da Coreia do Sul no Leste Asiático. São motivos que possivelmente levaram, juntamente com o período de descaso do próprio governo da República da Coreia a colocar em pauta a discussão para a resolução dessas três questões.

Há falhas e pontos em informações e pontos históricos não traçados por falta de bibliografia acessível, carência de tempo e também por não ser o momento para abordá-los aqui. Contudo, podemos considerar que a necessidade deste trabalho está em justamente ser o ponto de partida para começar a pesquisar mais sobre este tema, trazê-lo para a comunidade acadêmica latino-americana, afinal, tanto o Japão quanto a Coreia do Sul são importantes parceiros econômicos do Brasil, então conhecer a profundidade das relações bilaterais entre eles e como suas turbulências entre eles podem impactar de alguma forma a relação desses países com o Brasil. Se distanciar das restrições causadas pela visão orientalista difundida utilizada para estudar e dominar os povos do lado conhecido como Oriente, para que assim pudéssemos compreender e analisar sobre o período histórico cujos estudos ainda são recentes no Brasil.

Apesar de os países da Ásia-Pacífico (especialmente o Japão, Coreia do Sul e China) serem importantes parceiros econômicos, comerciais, financeiros, tecnológicos e políticos para o Brasil e para a América Latina, “o que se constata é ainda um relativo distanciamento, marcado por um acentuado desconhecimento que inibe uma maior aproximação ou melhor exploração das potencialidades bilaterais” (OLIVEIRA E MASIERO, 2009, p. 15). Por tudo isso, este trabalho é uma alternativa de expressar o quanto nos falta conhecer mais sobre a Ásia-Pacífico, no caso do estudo, o povo coreano e japonês. O perigo de uma histórica única montada sob uma visão orientalista e a falta deste conhecimento nos leva a manter pré-conceitos estabelecidos por uma cultura hegemônica europeia, e em um plano econômico e cultural expandir as relações entre a região da Ásia-Pacífico e a América Latina.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A CIDADE E O URBANO. A formação do monopólio japonês e a centralidade de Tóquio. Disponível em: <<https://acidadeourbano.wixsite.com/blog/single-post/2016/11/16/a-forma%C3%A7%C3%A3o-do-monop%C3%B3lio-japon%C3%AAs-e-a-centralidade-de-t%C3%B3quio>> Acesso em: 1 de nov de 2022.
- AHN, Sung-mi. Seoul calls out Japan's watering-down history in textbooks. 29 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.koreaherald.com/view.php?ud=20220329000811>>. Acesso em: 27 de out. 2022.
- BBC BRASIL. Os "fantasmas" do racismo na Coreia do Sul, um dos países mais prósperos do mundo. 29 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44936068>> Acesso em 3 jun. 2019.
- BEDESKI, Robert E. *The transformation of South Korea*. Cambridge: CUP Archive, 1994.
- BOOTH, Anne. *Japanese Colonialism in Comparative Perspective. Economic History Working Papers, 254, 2016. London School of Economics and Political Science*.
- BRITANNICA. Biografia de Yoshino Sakuzo. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Yoshino-Sakuzo>> Acesso em 27 mai. 2019
- BRITANNICA. The emergence of imperial Japan. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Japan/The-emergence-of-imperial-Japan>>
- BUZO, Adrian. *The making of modern Korea*. Oxford: Taylor & Francis, 2007.
- Cha, Victor D. "Bridging the Gap: The Strategic Context of the 1965 Korea—Japan Normalization Treaty." *Korean Studies* 20 (1996): 123-60. <<https://www.jstor.org/stable/23719605#?seq=1>> Acesso em 22 de set. 2022.
- COELHO, Espartaco Madureira. Coréia do Sul: Organização industrial e desenvolvimento tecnológico (1960-1990). 77 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994. Disponível em: <<http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/ur000001.pdf>> Acesso em: 19 dez. 2020.
- CUMINGS, Bruce. *Korea's Place in the Sun, A Modern History*. New York: W.W. Norton, 1997.
- DOO, B. S. *Korean Social Affairs*, 2006.
- EXORDIO. Report n°. 49: *Japanese prisoners of war interrogation on prostitution*. 9 nov. 2001. Disponível em: <<http://www.exordio.com/1939-1945/codex/Documentos/report-49-USA-orig.html>> Acesso em: 14 fev. 2020.
- GUIMARÃES, Alexandre Q. Estado, instituições e desenvolvimento: o modelo coreano e a interpretação da crise asiática. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 253-269, out. 2009.
- HATA, Ikuhiko. *No organized or forced recruitment: Misconceptions about comfort women and the japanese military*. Society for the Dissemination of Historical Fact, Japan, 2007.
- HIROSHI, Mitani. Japan's History Textbook System: Creation, Screening, and Selection. 28 jun. 2012. Disponível em: <<https://www.nippon.com/en/in-depth/a00701/>>. Acesso em: 26 out. 2022.
- HOBSBAWN, Eric. "O Terceiro Mundo". In *A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914–1991*, p. 337-362.
- LEE, Myon-woo. "TEXTBOOK CONFLICTS AND KOREA-JAPAN RELATIONS." *The Journal of East Asian Affairs*, vol. 15, no. 2, 2001, pp. 421–46. JSTOR, Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/23255916>>. Acesso em: 22 out. 2022.
- LIMA, Marcos Costa; VILLA, Rafael Duarte; MEDEIROS, Marcelo de Almeida; REIS, Rossana Rocha. *Teóricos das Relações Internacionais*. São Paulo: HUCITED, 2012. 411 p.
- LIMA, Uallace Moreira. O debate sobre o processo de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul: uma linha alternativa de interpretação. *Economia e Sociedade (UNICAMP)* v. 26, p. 585-632, 2017.
- MACEDO, Emiliano Unzer. *A Montanha e o Urso: Uma História da Coreia*. EUA: [s. n.], 2018.

- <[https://www.academia.edu/36802600/A\\_Montanha\\_e\\_o\\_Urso\\_Uma\\_Hist%C3%B3ria\\_da\\_Coreia](https://www.academia.edu/36802600/A_Montanha_e_o_Urso_Uma_Hist%C3%B3ria_da_Coreia).> Acesso em: 27 jul. 2022.
- MASALSKI, Kathleen Woods. Examining the Japanese History Textbook Controversies. Nov. 2001. Disponível em: <[https://spice.fsi.stanford.edu/docs/examining\\_the\\_japanese\\_history\\_textbook\\_controversies](https://spice.fsi.stanford.edu/docs/examining_the_japanese_history_textbook_controversies)>. Acesso em: 27 out. 2022.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DA CORÉIA. Posição da Coreia sobre Dokdo. República da Coreia. 2013. Disponível em: <<https://dokdo.mofa.go.kr/pt/dokdo/faq.jsp>>. Acesso em: 25 out. 2022.
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO JAPÃO. Dez Tópicos sobre a Questão de Takeshima. Japão. 2014. Disponível em: <<https://www.br.emb-japan.go.jp/territory/takeshima/index.html>>. Acesso em: 25 out. 2022.
- MONTEIRO, Rui J. C. In trabalho de pós-graduação: Política externa do Japão: um novo realismo? Jun. 2014.
- MORLEY, David et al. *SPACES OF IDENTITY: Global Media, Electronic Landscapes and Cultural Boundaries*. [S. l.]: Routledge, 1995. cap. Chapter 8- Techno-Orientalism: Japan Panic, p. 147-173. Disponível em: <[chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://monoskop.org/images/3/39/Robins\\_Kevin\\_Morley\\_David\\_Spaces\\_of\\_Identity\\_Global\\_Media\\_Electronic\\_Landscapes\\_and\\_Cultural\\_Boundaries\\_1995.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://monoskop.org/images/3/39/Robins_Kevin_Morley_David_Spaces_of_Identity_Global_Media_Electronic_Landscapes_and_Cultural_Boundaries_1995.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2022.
- NAHM, Andrew C. *Korea: A history of the Korean people (2nd ed.)*. Seoul: Hollym, 1996.
- NAKANO, Satoshi. *Overcome by Nationalism: Japanese Occupation of Southeast Asia 1942-1945 as Remembered by the Occupiers*. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/328268089\\_Overcome\\_by\\_Nationalism\\_Japanese\\_Occupation\\_of\\_Southeast\\_Asia\\_1942-1945](https://www.researchgate.net/publication/328268089_Overcome_by_Nationalism_Japanese_Occupation_of_Southeast_Asia_1942-1945)> Acesso em 28 mai. 2019.
- NIDS- MOD. *The Korean War and The National Police Reserve of Japan: Impact of the US Army's Far East Command on Japan's Defense Capability* Disponível em: <[http://www.nids.mod.go.jp/english/publication/kiyo/pdf/bulletin\\_e2006\\_5\\_Kuzuhara.pdf](http://www.nids.mod.go.jp/english/publication/kiyo/pdf/bulletin_e2006_5_Kuzuhara.pdf)> Acesso em: 27 mai. 2019
- ODA, Ernani. Condições estruturais do nacionalismo japonês recente. Lua Nova, São Paulo, 103: 11-38, 2018.
- O GLOBO. Coreia do Sul pode reverter acordo com Japão que 'compensaria' escravas sexuais da 2ª Guerra. 21 nov. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/coreia-do-sul-pode-reverter-acordo-com-japao-que-compensaria-escravas-sexuais-da-2-guerra-23248414>> Acesso em: 3 jun. 2019.
- OLIVEIRA, Amaury Porto de. Os coreanos na história segundo Bruce Cumings. Rev. bras. polít. int. [S. l.], ano 1997, v. 40, n. 1, p. 193-200, jan/jun. 1997.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de; MASIERO, Gilmar. Coreia do Sul: visões Latino-Americanas. 22. ed. Curitiba: Juruá, 2009. 322 p.
- ROBINSON, Michael E. *Korea's twentieth-century odyssey*. Honolulu: University of Hawaii Press, 2007.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 523 p.
- SCHILCHER, Manuel. In *Phd Thesis: Design of Remembrance: About art constructing Japanese history and its representations, draft 03 2018, Part 7*.
- SHIN, G. *Divided memories and historical reconciliation in East Asia*. In: KIM, M. *Routledge handbook of memory and reconciliation in East Asia*, pp. 402-415. New York: Routledge, 2016.
- SHIM, Kyu Seok. Ministry rejects Japan's protests against defense white paper. Korea JoongAngDaily. 2021. Disponível em:

- <<https://koreajoongangdaily.joins.com/2021/02/03/national/defense/defense-white-paper-Japan-Dokdo/20210203173200777.html>>. Acesso em: 26 de out. 2022.
- SILVA, Rodrigo L. M. da. Capitalismo, confucionismo e teoria weberiana: Reflexões empíricas do caso sul-coreano. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 28, n. 1, abril de 2016, p. 179-202.
- SOUYRI, Pierre F. “A colonização japonesa: um colonialismo moderno, mas não ocidental”. In FERRO, Marc. *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 457-484.
- SOUZA, Hércules Paulino de. *A relação sino-japonesa no início do século XXI: oscilando entre dissenso e pragmatismo*. Orientador: Dr. Marcus Cordeiro Pires. 2019. 204 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2019.
- SUN, Young Nam. *As relações diplomáticas entre a Coreia do Sul e o Japão: o caso das ‘Mulheres de Conforto’ da Coreia*. Orientador: Prof. Doutor Nuno Canas Mendes. 2018. Dissertação para obtenção de grau de Mestre (Relações Internacionais), 2018.
- SPUTNIK NEWS. ‘Briga’ entre Japão e Coreia do Sul deve seguir irritando os EUA na Ásia, dizem analistas. 12 fev. 2019. Disponível em: <[https://br.sputniknews.com/asia\\_oceania/2019021213300288-japao-coreia-do-sul-alianca/](https://br.sputniknews.com/asia_oceania/2019021213300288-japao-coreia-do-sul-alianca/)> Acesso em 26 mai. 2019.
- STANGARONE, Troy. *South Korea and Japan Continue to Struggle to Bridge their Differences*. THE ASAHI SHIMBUN. Publishers revise textbook phrases about ‘forced’ Korean laborers. 30 de mar. 2022. Disponível em: <<https://www.asahi.com/ajw/articles/14585864>>. Acesso em: 26 de out. 2022.
- THE ASIA-PACIFIC JOURNAL. *Japanese Textbook Controversies, Nationalism, and Historical Memory: Intra- and Inter-national Conflicts*. 15 de jun. 2019. Disponível em: <<https://apjjf.org/Mark-Selden/3173/article.html>>. Acesso em: 26 de out. 2022.
- The Diplomat. 2020. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2020/11/south-korea-and-japan-continue-to-struggle-to-bridge-their-differences/>>. Acesso em: 26 de out. 2022.
- SUKUP, Viktor. *Coréia- “Tigre” em turbulências, mistérios no norte*. *Revista Brasileira de Política Internacional* 52 (2): 81-101, 2009.
- The Academy of Korean Studies (2005). Korea through the Ages Vol. 2. Seoul: The Editor Publishing Co.*
- TRATADO de paz de São Francisco. 8 de Setembro de 1951. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20136/volume-136-i-1832-english.pdf>>. Acesso em: 26 out. de 2022.
- TRC-LEIDEN. *People and functions-authors scholars and activists: Yanagi Soetsu (1889-1961)*. 3 mai. 2017. Disponível em: <<https://trc-leiden.nl/trc-needles/people-and-functions/authors-scholars-and-activists/yanagi-soetsu-1889-1961>> Acesso em 27 mai. 2019
- UEHARA, Alexandre R. *Política externa japonesa no final do século XX: o que faltou? Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI Tese)*.
- UEKI, Chikako Kawakatsu, *Japan-China Relations: Toward a Comprehensive Strategy in Tatsumi, UNITED NATIONS*. 15/12/1966. *Treaties and international agreements registered or filed and recorded with the Secretariat of the United Nations, [S. l.], 1968*. Disponível em: <[https://treaties.un.org/Pages/showDetails.aspx?objid=080000028012a2bc&clang=\\_en](https://treaties.un.org/Pages/showDetails.aspx?objid=080000028012a2bc&clang=_en)>. Acesso em: 4 out. 2022.
- YUKI, *Japan’s Foreign Policy Challenges in East Asia. Views from the Next Generation*. Stimson, March 2014. Disponível em: <[http://www.stimson.org/images/uploads/research\\_pdfs/Japans\\_Challenges\\_in\\_EA\\_FINAL\\_WEB.pdf](http://www.stimson.org/images/uploads/research_pdfs/Japans_Challenges_in_EA_FINAL_WEB.pdf)> Acesso em 28 mai. 2019.
- VIANA, T. da S. (2022). *DOKDO OU TAKESHIMA? POSICIONAMENTO DO MINISTÉRIO DA DEFESA SUL COREANO SOBRE A POSSE DA REGIÃO AFETA RELAÇÕES COM O JAPÃO*.

O Cosmopolítico, 8(1), 186-194. Recuperado de <<https://periodicos.uff.br/ocosmopolitico/article/view/54451>>. Acesso em 23 de out. 2022.

VISENTINI, Paulo Fagundes. As Relações diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira). Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. 275 p.

WALDRON, A. *Japan's Choices in a Changed Security Environment*. *Asia-Pacific Review*, vol. 21, n. 2, pp. 195–212, 2014.

WALKER, Brett L. História concisa do Japão. São Paulo: EDIPRO, 2017. 367 p.

YOSHIMI, Y.; O'BRIEN, S. G. *Comfort women: sexual slavery in the Japanese military during World War II*. New York: Columbia University Press, 2000.